O Jornal Económico

TALKS

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JEtv, em www.jornaleconomico.pt

Saiba como está o PRR a ser implementado e qual o panorama dos Fundos Europeus para 2022. Esperamos por si!

21 janeiro | 15h00

Com o apoio de : moneris | STARTUP PME Start smart. | yunit Consulting

PRR e Fundos Europeus

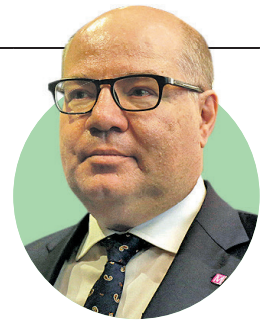
UMA OPORTUNIDADE DE OURO PARA PORTUGAL

O nosso país vai receber 51 mil milhões de euros em fundos europeus nos próximos anos. Uma oportunidade única para as empresas portuguesas serem mais competitivas, digitais e sustentáveis.

ANÁLISE
Contratualização avança rápido e já chega aos 92% do montante global do PRR P2

ECONOMIA REAL
Portugal 2020 revela eficácia do sistema de incentivos P4

ENTREVISTA
João Nuno Palma
Vice-presidente da Comissão Executiva do BCP
"PRR vai potenciar os sectores que realmente têm potencial" P6



FÓRUM
Quais os desafios para a correta gestão dos fundos europeus? P10

EDITORIAL

Uma oportunidade de ouro para as empresas

Filipe Alves
Diretor

O Plano de Recuperação e Resiliência é a oportunidade - talvez a última nesta geração - para transformar Portugal, no sentido de construir uma economia mais competitiva e sustentável. Embora a maior parte das verbas do PRR sejam atribuídas a entidades públicas, esse capital que o país vai receber chegará também ao sector privado e constitui um poderoso instrumento para o reforço da competitividade das empresas e da solidez dos seus balanços. As empresas portuguesas vão poder ganhar escala, reforçar a sua capacidade exportadora e investir mais na inovação, na digitalização e na sustentabilidade.

Porém, o caminho não será isento de riscos, como refere o vice-presidente do Millennium bcp, João Nuno Palma, na entrevista que pode ler neste Especial. Tal como defende o banqueiro, as verbas do PRR terão de ser aplicadas de forma correta e atempada, tendo em conta que, ao contrário de outros programas de fundos europeus, este plano visa apoiar planos verdadeiramente estruturantes, esperando que dessa forma ocorram repercussões profundas a nível do crescimento económico.

Portugal tem como objetivo executar 65% das verbas do PRR no espaço de dois anos e meio. Para isto acontecer, será necessário implementar uma estratégia que envolva os diferentes níveis da administração pública, as autarquias, a banca e, claro, as empresas. Estas últimas serão decisivas, porque no fim do dia são elas que poderão utilizar estas verbas para transformarem os seus modelos de negócio. E, para o fazer, como frisa João Nuno Palma, não basta terem uma boa ideia de negócio. É necessário trabalhar em parceria com outras empresas, de maneira a adquirir a escala necessária para atingir os objetivos de resiliência, sustentabilidade e transição digital. ■

ANÁLISE

Contratualização avança rápido e já chega aos 92% do montante global do PRR

Vários avisos de concursos foram publicados ainda em dezembro, com as entidades públicas nacionais a contratualizarem já uma boa parte do envelope de 16,6 mil milhões de euros destinado a Portugal.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

Com um envelope de 16.643 milhões de euros, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português está já em marcha, com os primeiros fundos a chegarem ao país ainda em 2021 e várias entidades públicas já com responsabilidades de execução definidas. O próximo passo centra-se nos concursos a estes fundos, sendo que, além dos muitos em processo de candidaturas, alguns já fecharam.

O envelope total do PRR divide-se segundo duas perspetivas: por um lado, parte deste montante chegará a Portugal na forma de subvenção, ou seja, sem a necessidade de reembolso, enquanto uma parcela mais pequena será sob a forma de empréstimo. Na primeira categoria estão previstos 13.994 milhões de euros, enquanto os empréstimos contabilizam 2.699 milhões.

Por outro lado, é possível olhar para este instrumento em função das áreas de atuação a que estão destinados. A fatia maior do plano, representando 66%, ou 11,1 mil milhões de euros, está destinada à resiliência da economia. Esta dimensão compreende a recuperação económica face à crise pandémica, bem como o aumento da capacidade de resistência a choques negativos como o gerado pela Covid-19, com a UE a almejar a capacitação do tecido empresarial para crises futuras.

A transição climática, por sua vez, corresponde a 18% do total do PRR. Este montante destinar-se-á não só à passagem para fontes de energia renováveis e à melhoria da infraestrutura europeia no que toca à sua dependência energética, mas também para investimentos em investigação e desenvolvimento que gerem inovação e uma melhor e mais sustentável utilização dos recursos, face à crise climática que o mundo vive e ao objetivo colocado pela Comissão Europeia de uma UE neutra em emissões de dióxido de carbono até 2050.

Finalmente, a transição digital tomará 15% do envelope total do plano. Esta dimensão fica-se sobretudo na passagem do tecido empresarial e do Estado para uma economia progressivamente digital, uma tendência acelerada pela pandemia, o que também levará a atividades mais eficientes e a um posicionamento mais competitivo da Europa num mundo cada vez mais interligado.

A mobilização destes recursos para a economia portuguesa far-se-á através de agências e organismos públicos, o que obriga a uma contratualização específica que defina responsabilidades e os montantes destinados a cada projeto. Segundo os dados da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), no final de 2021 estavam já 92% dos valores contratualizados, sendo que o restante montante falta ainda contratualizar. Não existiam, portanto, valores em processo de contratualização no final do ano passado.

11,1
Mil milhões de euros

A vertente da Resiliência tem a maior fatia do PRR, recebendo 66% das verbas

3,1
Mil milhões de euros

A área da Transição Climática representa 18% do PRR e já tem 100% do valor contratualizado

Transição climática lidera com 100% do montante em contrato

Analisando a contratualização por cada dimensão do PRR, verifica-se que a transição climática tem já 100% do valor já contratualizado, ou seja, 3,1 mil milhões. Na dimensão da transição digital, o valor contratualizado chega já a 2,4 mil milhões de euros, o que representa 97% dos 2,5 mil milhões destinados a este objetivo. Por sua vez, a dimensão da resiliência, a que representa a maior parcela do bolo total, está nos 89%, com 9,9 mil milhões contratualizados.

Dada a evolução na vertente dos contratos, é possível ir-se já conhecendo a lista de entidades públicas responsáveis por colocar em execução os montantes, bem como selecionar as candidaturas mais apropriadas. À cabeça surge a Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), com 2,3 mil milhões de euros já contratualizados para projetos focados sobretudo na digitalização, modernização e inovação empresarial, ainda que ligados às várias componentes do plano.

A título de exemplo, em dezembro abriram já os avisos para a Aliança Mobilizadora para a Inovação Empresarial, com uma dotação de 558 milhões de euros, ou para a Aliança Verde para a Inovação Empresarial, com 372 milhões, ambas ligadas à componente de Capitalização e Inovação Empresarial da dimensão resiliência e da responsabilidade do IAPMEI.

Segue-se na lista de entidades públicas responsáveis o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), com 2,2 mil milhões de euros contratualizados. Dos contratos estabelecidos até ao final de 2021, o IHRU foi responsável por dois dos três únicos que recorreram à modalidade de emprésti-

Mário Cruz/Lusa

mos, com 176 milhões de euros atribuídos para a bolsa nacional de alojamento urgente e temporário e 774,8 milhões destinados ao parque público de habitação a preços acessíveis.

O terceiro contrato com recurso exclusivo a empréstimos é da responsabilidade da terceira entidade com um montante contratualizado mais elevado, o Banco Português de Fomento. Este tem já 1,3 mil milhões de euros em contrato, um montante alocado à capitalização de empresas e à resiliência financeira do tecido empresarial.

Com igual montante contratualizado surge o Fundo Ambiental, que encerra o grupo de entidades com mais de mil milhões em contrato. A Administração Central do Sistema de Saúde é responsável por mais 939 milhões de euros, enquanto a Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais, da Região Autónoma dos Açores, terá 580 milhões, um montante bastante semelhante aos 561 milhões contratualizados pelo Instituto de Desenvolvimento Regional da Região Autónoma da Madeira.

Já o Metropolitano de Lisboa tem a seu cargo 554 milhões de euros, com a Secretaria-Geral da Educação e Ciência a fechar o lote de contratos na casa dos 500 milhões de euros, com precisamente esse montante à sua responsabilidade. ■

PRR e Fundos Europeus

JOÃO ARANHA
Partner
Baker Tilly

Encontramo-nos em janeiro de 2022 e a nível de fundos comunitários vive-se o encerro do Portugal 2020 (ainda com alguns concursos timidamente a abrirem para esgotar umas últimas verbas), bem como assistimos ao primeiro grande "tiro" da afamada "bazuca".

Já no que concerne ao Portugal 2030 assistimos, no final de 2021, à consulta pública do mesmo, pelo que se verifica aqui algum atraso.

Seria expectável e desejável que em janeiro de 2022 o PRR já tivesse arrancado em maior força e, que mais concursos já tivessem aberto para empresas privadas, fomentando assim a retoma da economia, bem como a tão desejada capacidade de atingirmos novos patamares de eficiência energética e de descarbonização.

No entanto, e conforme mencionado, temos neste mês o primeiro grande concurso PRR para entidades privadas. São 705 milhões de Euros destinados à descarbonização da indústria apoiando projetos de adoção de medidas de eficiência energética, incorporação de energia de fontes renováveis, bem como a implementação de processos e tecnologias de baixo carbono na indústria.

Das candidaturas que nos encontramos já a desenvolver, bem como as potenciais que nos encontramos a analisar cumpre salientar que, por exemplo, a mera instalação de painéis solares não é suficiente para termos uma candidatura válida, e de facto o tecido empresarial português (da amostra que temos) está a dar uma boa resposta aos requisitos do concurso, indo mais além nos seus planos de eficiência energética, realizando planos completos e ambiciosos, tomando claro, aproveitamento das taxas de incentivo (a fundo perdido) vantajosas que este concurso oferece.

As candidaturas exigem uma fundamentação quer técnica (ao nível dos desempenhos energéticos atuais e esperados), quer estratégica e financeira robusta, devendo atentar-se que, embora estejamos perante uma dotação orçamental generosa (€705M), os projetos/candidaturas serão hierarquizados pelo seu mérito (o qual é avaliado por vários fatores presentes na candidatura) e caso se verifique escassez de dotação, os projetos com mérito inferior não serão contemplados.

Entretanto, este é apenas o primeiro de muito concursos do PRR que visam o apoio às empresas, tanto numa ótica de eficiência energética, como de retoma económica. Deste modo, tendo adicionalmente em consideração que quando os concursos abrem a janela de oportunidade para candidaturas são cerca de 2 ou 3 meses, as empresas devem começar desde já a planear os seus projetos e recolher a informação relevante para que consigam posteriormente construir candidaturas de sustentadas e de qualidade, com a obtenção de uma nota de mérito elevada que lhe permita a obtenção de fundos.

Atentando agora um pouco no Portugal 2030 e, tendo em consideração um horizonte temporal mais alargado, poderá esperar-se a abertura de concursos durante este semestre, sendo que se olharmos historicamente para o que foram os programas comunitários passados (Portugal 2020, QREN, etc) as linhas de apoio deverão passar por Inovação (direcionado ao investimento em ativos fixos), Qualificação (investimento relacionado com a aquisição de serviços), Internacionalização (eventos e marketing internacional) e I&D (investimento relacionado com horas/homens de pessoal dedicado à I&D).

A tipologia dos incentivos deverão ser um misto entre certas linhas de apoio com apoios totalmente a fundo perdido e outras com um incentivo híbrido composto por empréstimo (potencialmente sem juros) e um prémio de realização (conversão de empréstimo em incentivo a fundo perdido).

Não será demais relembrar que as zonas de Lisboa e Algarve serão naturalmente as menos contempladas com fundos comunitários, pois apresentam um PIB per capita mais próximo da média europeia, e assim, menos necessidade de apoio à convergência económica.

Em termos de conclusão, a "bazuca" está a começar a disparar (e, claro que todos desejávamos que tivesse sido mais cedo e de modo mais célere) e devemos preparar os projetos e candidaturas para os concursos que se avizinham, para que não percamos esta oportunidade única em termos de dotação orçamental que Portugal dispõe, em matéria de fundos comunitários.

com o apoio bakertilly

ECONOMIA REAL

Portugal 2020 revela eficácia do sistema de incentivos

Num quadro onde as empresas estão descapitalizadas e a pandemia veio baralhar um equilíbrio que se sabia frágil, os incentivos que chegam à economia real demonstram ter um impcato positivo muito para lá do período de concessão.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

Apesar de todos os possíveis defeitos, dos erros de crescimento e principalmente da intromissão da pandemia, o programa Portugal 2020 é quase unanimemente considerado uma forma eficaz de transferir para as empresas financiamento capaz de atingir os fins a que se propunha desde o início. A saber: assegurar a competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano; sustentabilidade e eficiência no uso de recursos; e domínios transversais como a reforma da Administração Pública e a territorialização das intervenções. Em termos de dotação, foram 25 mil milhões de euros até 2020, a que se somaram 4,2 mil milhões em 2021 e 5,9 mil milhões previstos para este ano.

Trata-se de um acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão, que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas. Em termos de economia real, e segundo os empresários, é no Compete 2020 que se deve encontrar o 'sumo' da resposta dos fundos europeus às necessidades das empresas, ou seja, das entidades que criam riqueza no país.

O escalonamento dos sectores que recorreram ao Compete 2020 revela, por um lado, uma assinalável diversidade – que o Nuno Mangas, presidente do Compete, não se cansa de salientar – e, por outro, uma aposta nos sectores que se revelam mais fortes em termos de exportações. Os números mais recentes, de 31 de dezembro passado, revelam essas duas dimensões. Assim, as PME assumem, em termos dos projetos contratados e pagos, cerca de 2,74 mil milhões de euros, correspondentes a 58,3% do total de mais de 4,76 mil milhões – ficando as grandes empresas com uma fatia de apenas 816 milhões (18,3%). Foram quase 102 mil os projetos endereçados pelas PME ao Compete 2020, com as grandes empresas a assumirem 743 projetos. Dado igualmente revelador, do total de projetos avançados pelas PME, uma parte muito substancial (85%, mais de 86 mil) teve origem em micro-empresas – o que revela bem a 'sofreguidão' com que as estruturas da mais pequena dimensão empresarial necessitavam de financiamento ao desenvolvimento.

Com o Portugal 2020, milhares de empresas investiram em domínios muito importantes para o aumento da produtividade internacionalização", refere Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEP

Em termos de sectores, a hotelaria e turismo leva uma assinalável vantagem sobre a concorrência: agregou transferências do Compete 2020 da ordem dos 718 milhões de euros, mais de 15% do total. A uma considerável distância está o sector dos transportes e logística, que agregou 391 milhões de euros (8,3%), seguindo-se as indústrias metálicas (333 milhões, 7,1%), o comércio (315 milhões, cerca de 7%), o têxtil, vestuário e calçado (229 milhões, 5%) e as indústrias mecânicas e eletrónicas (193 milhões, 4%). Merece destaque, do outro lado desta realidade, o facto de o sector da agricultura, silvicultura e pescas ser uma espécie de parente pobre: agregou transferência de pouco mais de 8,1 milhões de euros, só ultrapassada (no sentido descendente) pela concomitante indústria extrativa, que não foi além dos 4,4 milhões.

A análise das regiões de onde emanam os planos remetidos Compete 2020 permite inferir-se que, como sucede há décadas, é no norte que se encontra a maior força industrial do país. De facto, dos 4,7 mil milhões distribuídos pelo programa, uma fatia de 1,63 mil milhões (mais de 34,5%), foi direcionada para aquela região do país. Não muito longe, apesar de tudo, esteve a região centro, que agregou 1,17 mil milhões (quase 25%), a que se seguiu Lisboa (504 mi-

istock

lhões, 10,6%), Alentejo (220 milhões, 4,7%), Algarve (143 milhões, 3%) e finalmente os Açores (77 milhões, 1,5%).

Merece destaque também o facto de, como afirma o gestor do Compete 2020, as ações coletivas assumires um papel muito importante – uma vez que as micro-empresas não possuem, na maior parte dos casos, competências ou capacidades que lhes permitam avançar de forma individual. Nada de mal: o trabalho em rede – incentivado pela partilha do envolvimento com o Compete – é um dos fatores que os gestores do programa pretendem precisamente implementar como uma mais-valia.

Em termos de grandes números a avaliação do programa revela alguns números interessantes. Desde logo os 4,7 mil milhões de euros transferidos para a economia representam 67,1% dos inventivos contratados, que ascendem aos mais de 7,1 mil milhões de euros – que por seu turno são 95% dos incentivos aprovados (7,3 mil milhões). Obviamente, as candidaturas apresentadas, se somadas, são uma dimensão incomensurável: mais de 38,3 mil milhões de euros.

Estrangulamentos

Evidentemente, uma coisa é o dinamismo do quadro geral, outra é a forma como o Compete 2020 chega ao terreno. Um dos principais problemas apresentados pelos empresários em relação ao programa – como disse ao JE o presidente da Associação Têxtil e do Vestuário de Portugal (ATP) – reside no facto de ele estar sistematicamente indisponível. Ou seja: os prazos de candidatura são curtos e não obedecem a qualquer regra que se possa antecipar. Ao contrário, os empresários prefeririam que as candidaturas fossem 'remetíveis' em qualquer altura – que isso se revelasse decisivo para os interesses das empresas. O gestor do Compete defende-se afirmando que existe um instrumento de auxílio que facilita os processos de candidatura e dá alguma previsibilidade aos empresários: o registo prévio de pedido de auxílio. Mas, como diz um empresário do sector do calçado que preferiu garantir o anonimato, nem sequer o registo prévio é seguro porque "quando as candidaturas abrem, pode precisamente ser uma altura que não interessa para a empresa, que, não respondendo ao registo prévio, pode vir a ser penalizada".

Para Luís Miguel Ribeiro, presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP), este é um problema que merecia ser resolvido, tanto mais que não parece difícil. "A forma como funcionam os avisos de candidatura do Portugal 2020 não é boa. O facto de funcionar por fases e não em contínuo não se ajusta às reais necessidades das empresas, isto é, aos timings dos seus investimentos. Por isso, defendemos a abertura de candidaturas em contínuo", refere em declarações ao JE.

Mas o gestor tem outro reparo a fazer: "A elevada burocracia e complexidade em toda a tramitação, desde a elaboração da candidatura ao pagamento do incentivo". O tema é igualmente recorrente. A prova-lo está o facto de, tendo sido pedido a uma gestora associativa ligada ao Compete 2020, que também preferiu o anonimato, que indicasse os valores dos incentivos acumulados ao programa, essa resposta ser "muito difícil; nem os próprios serviços conseguem ter esse indicador, porque os valores estão distribuídos por vários programas, vários eixos e várias gavetas, e o no final é quase impossível encontrar-se um valor consensual".

No quadro dos estrangulamentos cabe também a pandemia. Luís Miguel Ribeiro considera que o combate à pandemia obrigou o Governo a recorrer a todas as 'gavetas' para engendrar uma forma rápida de combate às suas consequências económicas, o que terá baralhado as contas do Compete 2020 – como terá por certo sucedido a outros planos de financiamento. É preciso, diz, que com a acalmia da emergência sanitária, os gestores do programa o façam regressar à normalidade. Ou, pelo menos, à normalidade possível.

De qualquer modo, para Luís Miguel Ribeiro o balanço parece ser positivo. "O Portugal 2020 é uma importante fonte de cofinanciamento do investimento empresarial. Com o apoio do Portugal 2020, milhares de empresas realizaram diversos investimentos em domínios muito importantes que concorrem para o aumento da sua produtividade e competitividade, da sua inovação, internacionalização e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, melhorando a sua capacidade de resposta ao mercado global".

PUB

A Moneris tem uma abordagem focada no cliente, com uma oferta integrada de serviços e soluções que permite prestar às organizações um apoio de 360 graus na área da gestão, promovendo a excelência da informação financeira e a melhoria dos processos de tomada de decisão críticos para o seu sucesso.

Somos o maior grupo nacional de contabilidade e apoio à gestão, presente de norte a sul de Portugal, com uma rede de 20 escritórios sustentada por, aproximadamente, 300 consultores.

Os nossos serviços são garantidos por equipas com um profundo conhecimento em todos os setores de atividade, o que permite que cada cliente beneficie do apoio de profissionais que entendem os seus desafios e o acompanham em cada obstáculo.

Conhecer bem os nossos clientes é para nós essencial, para que possamos responder proativamente às suas necessidades.

Integramos uma das maiores redes mundiais de empresas de auditoria, contabilidade e serviços jurídicos – a MSI Global Alliance –, com presença em mais de 100 países em todo o mundo ampliando a nossa capacidade de apoiar as empresas além fronteiras.

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação

moneris.pt

A member of msi Global Alliance
Independent legal & accounting firms

europa
africa
america
asia
oceania

portugal
lisboa
porto
faro
aveiro
bragança
leiria
santarém
setúbal
vila real
viseu

ENTREVISTA | JOÃO NUNO PALMA | Vice-presidente da Comissão Executiva do BCP

"PRR vai potenciar os sectores que realmente têm potencial"

João Nuno Palma está confiante quanto ao impacto positivo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na economia portuguesa. BCP quer ser "o banco do PRR em Portugal", com uma quota de 40%.

FILIPE ALVES
falves@jornaleconomico.pt

O vice-presidente da comissão executiva do BCP está otimista em relação ao impacto do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na economia portuguesa. Mas alerta que é necessário aplicar as verbas no devido tempo e de forma eficaz. O banco tem como objetivo atingir quota de 40% na área do PRR, à semelhança do que conseguiu no PT2020. Ouça esta entrevista na íntegra no JE Podcasts, em www.jornaleconomico.pt e no Spotify e outras plataformas.

Como encara a importância do PRR para a economia portuguesa neste contexto pós-pandémico? E qual o impacto no tecido empresarial e na economia portuguesa no seu todo?
Primeiro, gostaria de focar-me um pouco no contexto. A pandemia criou uma crise sem precedentes, que é distinta de outras porque foi uma crise de oferta, não de procura. A economia parou, deixou de haver oferta, e os problemas com que neste momento nos debatemos são de descontinuidade das cadeias de valor e de inflação sobre o preço de matérias-primas. Todos estes problemas que nasceram desta crise têm características bastante diferentes de outras crises que ultrapassámos. Em 2022 temos um contexto de crescimento económico, com o Banco de Portugal a prever um crescimento de 5,8%. É importante referir que foram criadas, em 2021, 34 mil novas empresas, portanto houve um crescimento do número de empresas de 8,2%. É um contexto muito importante para podermos aferir o impacto que o PRR vai ter na economia portuguesa e estamos a prever 7,2% de crescimento no investimento em 2022. Do ponto de vista de contexto é bastante positivo, embora não isento de riscos.

Refere-se à subida da inflação?
O risco que, no fundo, considero mais de curto prazo é o da inflação. Neste momento tivemos uma inflação de cerca de 4,5% na Europa. Aliás, Portugal está com cerca de 2,6% de inflação, que é a segunda mais baixa da Europa. É algo que ainda não entrou nas variáveis mais estruturantes, como rendas e salários, mas que pode ainda entrar. Esta inflação pode deixar de ser pontual para ter alguma componente estrutural. O PRR nasce de uma política fiscal da União Europeia (UE) que é a que está a funcionar neste momento com maior força, porque a nossa política monetária, que vinha sendo a que estava a suportar o crescimento económico na Europa e em Portugal, sai desta pandemia bastante exaurida, bastante enfraquecida. Aliás, já estamos a chegar ao fim dos efeitos da política monetária.

E no horizonte perspetiva-se a subida das taxas de juro...
Nós vemos subidas de taxas de juro no horizonte e, sobretudo, das taxas Euribor. O seu *forecast* já é de uma progressiva aproximação para, pelo menos, terreno positivo, deixando de ser negativas. Em 2022 ainda serão negativas.

Vê a possibilidade de a subida da inflação se fazer sentir também nos salários e, de por essa via, passar a ser um fenómeno permanente?
A questão da ligação da inflação aos salários tem ainda outra origem, que é a falta de trabalhadores que se verifica em todas as indústrias, incluindo os serviços, a construção e a transformação. Acontece em todas as profissões - especializadas ou não - e está a colocar alguma pressão sobre os salários, para além da própria inflação. Diria que sim, no curto prazo esse poderá ser um efeito que, como sabemos, é mais estrutural do que outras componentes mais flexíveis.

O grande risco é se o PRR não surtir o efeito desejado na economia e a Europa ficar a braços com inflação alta e crescimento fraco...
Mas o PRR foi bem pensado. Porque ele está pensado para, no fundo, endereçar três grandes questões que foram geradas com a pandemia. Primeiro a dimensão da resiliência. Foi uma questão de quebra económica em que até vemos isto pelo facto de esta recuperação estar a ser assimétrica, a ser divergente. Ou seja, nem todos os países estão a recuperar à mesma taxa, nem todos os sectores estão a recuperar à mesma taxa. Esta divergência foi uma consequência da pandemia e daí ser importante a resiliência. Ela vem endereçar questões de inovação e competitividade. Vem endereçar também uma questão que estamos a ter agora, que é a disrupção das cadeias de valor. Porque é que sofreram uma disrupção? Porque eram demasiado longas. Nós tínhamos dependência das nossas indústrias de componentes, que estavam muito longe. Se calhar muitas vezes sem redundância e as cadeias de valor estavam muito *flat*, *just in time*, não havia stocks, tudo muito *lean* e *unclean*. Quando surgiu uma pandemia de que ninguém estava à espera e que afetou a oferta, as cadeias de valor tornaram-se descontínuas. Temos a crise das matérias-primas e a crise energética, tudo a acumular.

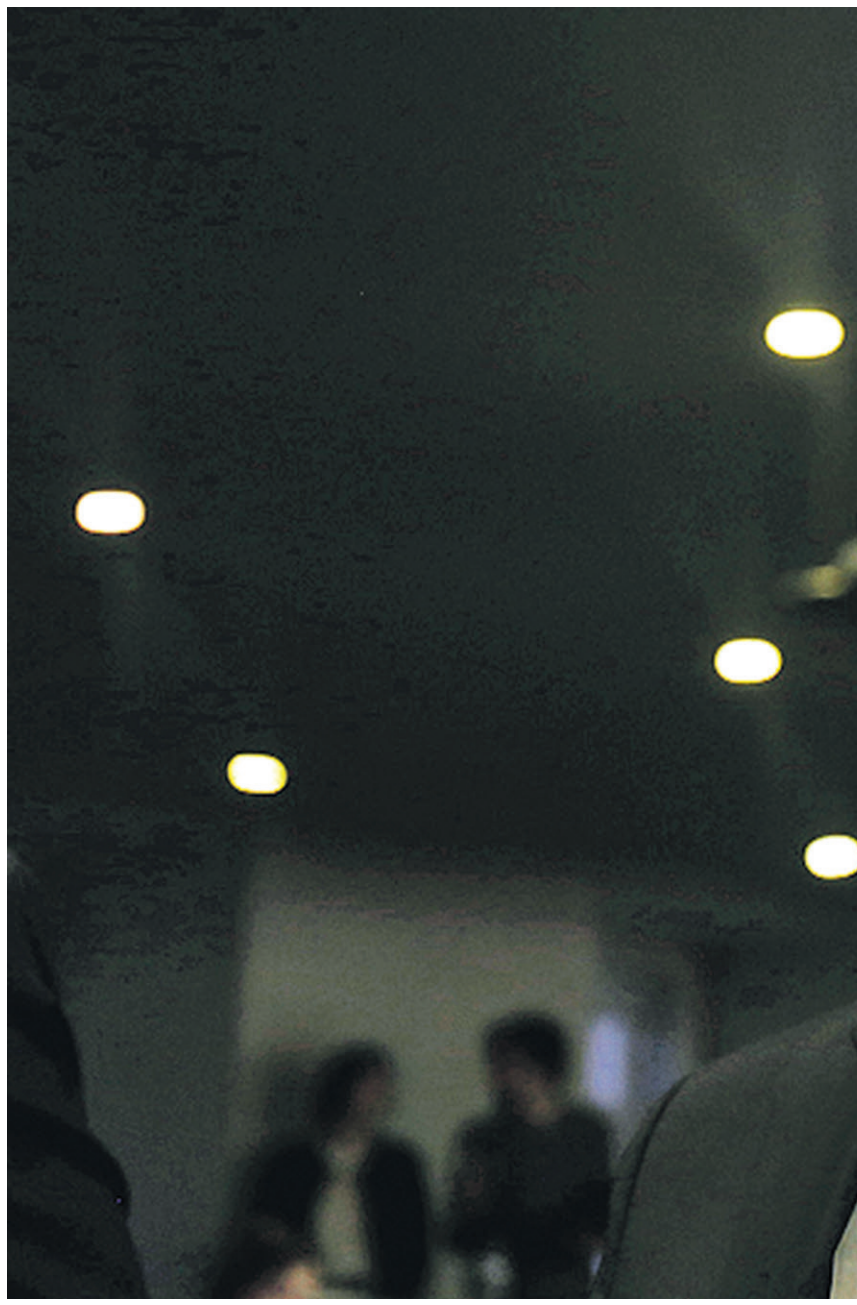
O PRR deve servir para aumentar a autonomia da Europa nessas área, por exemplo na produção de chips?
É, no fundo, encurtar as cadeias de valor, aquilo a que chamam de *near shoring*. Há incentivos para criar empresas que vão colmatar deficiências de cadeias de valor europeias. Estão identificados cerca de 140 produtos essenciais dos quais não se querem dependências externas da UE e isso vai ser uma oportunidade para as empresas portuguesas.

Sobre esta questão, a da resiliência, não tenho dúvidas nenhumas.

E outras componentes?
Depois temos as componentes da transição climática e da transição digital. Há duas tendências que já vinham de trás e que foram aceleradas com a pandemia. A primeira é a tendência da digitalização. Já vínhamos de uma tendência de digitalização da economia, nomeadamente ao nível dos serviços, e de robotização, com a industria 4.0. A pandemia acelerou tudo isto como se tivéssemos carregado no botão do *fast forward*. Acelerámos o filme de uma forma drástica, como se viu na questão do trabalho a partir de casa. Este vector da transição digital vem trazer oportunidades para que as empresas façam este investimento na digitalização dos seus negócios, com uma componente a fundo perdido importante. É um incentivo à digitalização que tem uma vantagem fundamental: o aumento da produtividade. Isto é, não vamos digitalizar para reduzir a função do trabalho, nem para despedir pessoas. A digitalização aumenta a produtividade, o que é fundamental para podermos aumentar salários. Eu aqui sou otimista, bastante otimista, relativamente ao PRR e à maneira como foi desenhado e à maneira como está a ser implementado a nível europeu.

Há também a componente da transição climática.
Sim. E esse terceiro ponto é talvez o mais importante e o mais imperativo de todos, a descarbonização. A transição climática vai endereçar a descarbonização, que é uma mega tendência que já vinha de trás e foi claramente acelerada pelo contexto pandémico porque, em 2021, tivemos eventos climáticos brutais no mundo inteiro, com prejuízos incomensuráveis, mesmo na Europa.

É também uma oportunidade para surgirem novas indústrias?
É, mas há uma coisa que nós nunca nos podemos esquecer: a transição climática tem custos, tem dor, uma primeira dor que tivemos já aconteceu, que foi a crise energética. Não há magia neste processo e, portanto, há sempre um período de transição de muita volatilidade. (...) Não esquecendo que nesta descarbonização – e acho que o PRR endereça esta necessidade – as empresas vão ter de fazer alterações aos seus modelos de negócio de modo a tornarem-se mais sustentáveis. Já não é mais possível esquecer esta questão.



A peça pode ser ouvida nos PODCAST do Jornal Económico

Cristina Bernardo

Algo que será também tido em conta pelos bancos na hora de conceder crédito...
O sistema financeiro vai ser um acelerador. Hoje em dia analisamos em detalhe o negócio das empresas nossas clientes, porque entendemos que não podemos ser relevantes para um cliente se não o conhecermos. Mas agora vamos ter de entender, também, os riscos climáticos inseridos no modelo de negócio do cliente e em que medida este poderá ficar em causa se estes riscos climáticos se realizarem. Ainda chegará a fase em que nós, os bancos, ou não poderemos financiar ou, por outro, só financiaremos a custos de capital completamente incomportáveis.

Tem sido muito criticado o facto de a maior parte das verbas do PRR estar destinada a entidades públicas. Acredita que, ainda assim, o dinheiro vai chegar às empresas?
Vai ter impacto nas empresas. Repare, há uma coisa que gostaria de transmitir claramente, o BCP posiciona-se como o banco do PRR em Portugal, com base no que aprendemos com o PT2020, que foi uma grande experiência e onde temos uma quota de mercado de 40%, o dobro da nossa quota natural no sistema bancário português, que é de 20%. Essa quota de 40% permite-nos claramente endereçar esta questão e apoiar de uma forma totalmente diferente, digamos, as empresas portuguesas que vão endereçar as oportunidades do PRR. Porque vimos com uma grande experiência, temos uma equipa estruturada que assenta em seis vertentes, sendo que a última é a apoio indireto do Estado. Para estas empresas temos soluções de *factoring* a pensar nessa procura induzida do Estado em empresas privadas. Já temos estruturada no BCP uma solução em que descontamos as faturas desses clientes que estão a trabalhar para o Estado e que assim podem receber essas verba antecipadamente. (...) Atenção que estamos a falar de empresas viáveis. No fundo, o que queremos é potenciar empresas viáveis, dotá-las de mais meios para que elas possam ser eventualmente consolidadoras de um determinado sector e possam exportar ainda mais.

Qual é o objetivo ao nível de quota de mercado no PRR? Manter os 40% do PT2020?
Sim, vamos querer manter a nossa quota de 40%, é para aí que nos estamos a apontar dada a experiência que temos à velocidade que já temos. Que o PRR está a ter impacto na economia portuguesa isso já não é discutível. O que é importante é a sua implementação rápida. O objetivo é implementar 65% do PRR em dois anos e meio. Nas agendas mobilizadoras, em que foram selecionados 64 consórcios para a segunda fase de candidatura, são mais 1.600 empresas e estamos a falar de um investimento global de cerca de 10 mil milhões de euros.

Tocou no tema da consolidação, cuja necessidade se faz sentir em vários sectores de atividade. O PRR pode estimular esses movimentos no tecido empresarial português?
Estes meios que estão à nossa disposição, volto a dizer, a sua origem é uma política fiscal. Portanto isto vai ser pago pelos impostos na UE, logo tem que ter um retorno, que tem de ser um maior crescimento económico, um modelo social mais equitativo, uma transição climática exigente e uma digitalização que nos permita criar a produtividade para poder melhorar a equidade. Tudo isto tem uma lógica por trás. Portanto vai ser natural. Ou seja, na minha opinião o objetivo disto não é financiar empresas ou sectores que não tenham viabilidade, que dependam muito de baixos salários e de fraca produtividade. Deve ser potenciar sectores que realmente têm potencial. Portugal saiu das ultimas crises graças aos empresários. É um tributo que todos temos de prestar ao empresariado português. E será ele também que neste momento irá tirar da Portugal da crise, como se vê por esta resiliência e capacidade de criar 34 mil empresas em 2021. Isto não é um *feeling*, é uma realidade. São dados concretos. ■ *Com J.T.C.*

Fundo de Capitalização e Resiliência

Sara Fernandes
Associate Partner

No passado dia 31 de dezembro, foi aprovado o regulamento para a dotação do Banco de Fomento numa verba equivalente a 1.300 M€, resultante de um contrato estabelecido entre a Missão Recuperar Portugal, o Banco de Fomento e o IAPMEI.

Deste acordo, resultou a respetiva criação do Fundo de Capitalização e Resiliência (FdCR), entidade gerida pelo Banco de Fomento e responsável pela definição das metas de investimento/capitalização das empresas.

O FdCR foi criado para ajudar a reforçar o capital e a solvência de empresas, bem como o investimento produtivo e a consolidação empresarial.

Este instrumento pretende, através de diferentes mecanismos, atingir os seguintes objetivos:

1) Combater a depauperação do capital próprio das empresas portuguesas provocado pela pandemia de Covid-19, com especial enfoque nas PMEs;

2) Impulsionar o investimento produtivo em empresas não-financeiras, incentivando a estreita cooperação entre agentes económicos privados e públicos, nacionais e europeus;

3) Apoiar o reforço de capital de sociedades comerciais em fase inicial de atividade ou em processo de crescimento e consolidação.

O acesso ao FdCR é restrito a empresas não financeiras, viáveis, com rentabilidade operacional, que tenham um plano de negócios adequado, e sem dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social, sendo que o Fundo pode investir através de um dos seguintes instrumentos financeiros: Instrumentos de capital; Instrumentos de quase-capital e combinação dos instrumentos anteriores.

O montante de investimento máximo em cada empresa ou projeto de investimento individual não deverá exceder os €10 M.

Dada a grande dimensão do Fundo, serão apresentados vários Programas de Investimento, com natureza, finalidade distintos e que visam compartimentar a grande dotação do FdCR em estratégias diferentes. Já se conhecem 4 Programas, cujos avisos serão atempadamente publicados. Estes incidem, entre outros, na redução do endividamento e na recapitalização empresarial.

Esta poderá ser uma excelente oportunidade para uma mudança de mindset das empresas portuguesas, no sentido de abrirem o capital a novos investidores, permitindo assim uma profissionalização da operação, acrescentando valor através de uma gestão rigorosa, profissional e adequada.

Com o FdCR, as PME portuguesas poderão desmistificar a ideia, por vezes menos positiva, inerente ao "private equity", levando a uma maior confiança em operações semelhantes que são fundamentais para a reestruturação das Empresas, a criação de startups inovadoras, permitindo o aumento da diferenciação, competitividade e exportações.

Este pode ser um ponto de partida no combate à falta de capitalização das empresas, contrariando o facto de, em Portugal, dois terços dos balanços serem compostos por dívida e apenas um terço por capitais próprios, para além de ser o terceiro país europeu em que o 'private equity' investido nas empresas menos pesa no PIB.

Com o apoio Crowe

FAQ

Tudo o que precisa de saber sobre PRR e fundos europeus

A oportunidade criada pelos fundos europeus para as empresas da UE obriga a um conhecimento dos vários instrumentos disponíveis, bem como o foco de cada um, prazos e procedimentos de candidatura.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

Face aos impactos económicos da pandemia, que condicionou a atividade na Europa com confinamentos e medidas restritivas que asfixiaram vários sectores, os instrumentos europeus de investimento ganham uma importância acrescida para os tecidos empresariais de cada Estado-membro. Importa, como tal, perceber como podem as empresas aproveitar ao máximo estes fundos, agilizando as suas candidaturas em áreas chave para a sua afirmação a médio prazo.

O que é o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)?
É um programa integrado no Next Generation EU, um pacote extraordinário de financiamento da Comissão Europeia destinado a apoiar a recuperação económica e social dos países membros da zona euro. Com uma dotação de 16,6 mil milhões de euros, o PRR português é o instrumento nacional do Mecanismo de Recuperação e Resiliência aprovado por Bruxelas. "Pelo seu carácter extraordinário, o Plano de Recuperação e Resiliência é uma supervitamina destinada a acelerar a recuperação económica e social e promover uma transformação resiliente e justa, colocando Portugal no caminho da dupla transição, verde e digital", refere a documentação oficial. O PRR contempla reformas e investimentos de natureza estruturante, a implementar até 2026, estando dividido em três áreas chave: Resiliência, Transição Digital e Transição Climática, as quais contemplam 20 componentes, 83 investimentos e 37 reformas distintas.

Quais os instrumentos de financiamento que a UE disponibilizará nos próximos anos e quais as suas dotações?
Além do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o instrumento nacional do Mecanismo de Recuperação e Resiliência aprovado pela Comissão Europeia para revitalizar as economias europeias e transformá-las com vista ao futuro, Portugal disporá ainda de outros fundos de que poderá tirar proveito. Aos 16,6 mil milhões de euros incluídos no PRR, juntam-se os quase 23 mil milhões previstos no Portugal 2030, o sucessor do Portugal 2020, bem como os 2,1 mil milhões incluídos no REACT-EU e os 9,8 mil milhões da Política Agrícola Comum (PAC). Isto resulta em 51 mil milhões de euros destinados a Portugal nos próximos anos.

Aos 16,6 mil milhões de euros incluídos no PRR, juntam-se os quase 23 mil milhões previstos no Portugal 2030, 2,1 mil milhões do REACT-EU e 9,8 mil milhões da Política Agrícola Comum. Ao todo, Portugal vai receber 51 mil milhões de euros

Quais as componentes de investimento previstas no PRR?
O PRR está organizado em três dimensões estruturantes, a resiliência, a transição climática e a transição digital, cada uma delas dividida em várias componentes num total de 37 reformas e 83 investimentos. No que respeita a resiliência, o plano prevê investimentos ao nível do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Habitação, Respostas Sociais, Cultura, Capitalização e Inovação Empresarial, Qualificações e Competências, Infraestruturas, Florestas, e Gestão Hídrica. Na dimensão da transição energética, os alvos são o Mar, Descarbonização da Indústria, Bioeconomia Sustentável, Eficiência Energética dos Edifícios, Hidrogénio e Renováveis, e Mobilidade Sustentável. Finalmente, a transição digital abrange Empresas 4.0, Qualidade das Finanças Públicas, Justiça Económica e Ambiente de Negócios, Administração Pública Mais Eficiente, e Escola Digital.

Quanto desta dotação

é destinada ao sector privado?
Do pacote previsto no PRR, 7,7 mil milhões de euros estão alocados ao apoio ao tecido empresarial numa fase de transição, tanto energética, como digital. Estes dividem-se em 5,05 mil milhões de apoios diretos, com os restantes 2,77 mil milhões em apoios indiretos. Já no PT2030, são cerca de 6 mil milhões de euros, que visarão a internacionalização, inovação, economia circular, descarbonização, qualificações e emprego.

Como podem as empresas aceder aos fundos europeus?
Para empresas ou pessoas a título individual, a candidatura ao PRR faz-se através de concursos que serão abertos pelos beneficiários intermédios (agências e organismos públicos) que contratualizam com a Missão Recuperar Portugal. No caso dos fundos do Portugal 2030, as candidaturas processam-se de forma semelhante ao que sucedera com o anterior mecanismo desta natureza, o Portugal 2030, ou seja, através do Balcão 2030. Ainda assim, o Governo procurou simplificar estas candidaturas, removendo a necessidade de alguma da informação anteriormente pedida, descendo custos administrativos associados à candidatura e reduzindo a intermediação e os encargos para os promotores.

Até quando têm de ser feitas as candidaturas para o PRR?
O prazo de candidaturas termina a 29 de abril de 2022, quando se inicia a possibilidade de arrancar com os investimentos, após a aprovação dos candidatos. As decisões deverão ser comunicadas aos empresários até agosto deste ano, altura em que serão contratados os apoios aprovados, e a sua execução decorrerá nos quatro anos seguintes.

Qual é o calendário previsto para o desembolso das verbas do PRR?
Depois de disponibilizado o pré-financiamento de 13% do envelope, após a aprovação do plano, os desembolsos ocorrerão de forma assimétrica. Em 2021 seriam 20%, com 2022 a ver 25%, 2023 com 20%, 2024 e 2025 com 16% e, finalmente, 2026 verá 3% do envelope desembolsado.

22 abril
Prazo limite

O prazo das candidaturas ao PRR termina no dia 22 de abril de 2022, quando se inicia a possibilidade de arrancar com os investimentos

Que mecanismos serão implementados para prevenir fraudes e conflitos de interesse?
A possibilidade de fraude na utilização dos fundos do PRR tem sido referida por movimentos cívicos de combate à corrupção e alguns comentadores. "A Estrutura de Missão Recuperar Portugal implementará procedimentos de controlo interno que permitam identificar e mitigar os riscos associados à duplicação de financiamentos com outros instrumentos e programas da União Europeia. Acresce que o sistema de gestão e controlo interno a implementar deverá permitir mitigar os riscos identificados na gestão do PRR, assegurar a proteção dos interesses financeiros da União Europeia e prevenir, detetar, reportar e corrigir as situações de fraude, corrupção e conflitos de interesses", refere a Estrutura de Missão no seu site, comprometendo-se a "aprovar e executar o código de ética e de conduta da EMRP, a declaração de política antifraude, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas". O sistema de controlo interno será supervisionado e auditado pela Comissão de Auditoria e Controlo, adianta. ■ *Com F.A.*

PUB

FÓRUM

Desafio dos fundos europeus passa por executar bem e com monotorização

A maior parte dos recursos da União Europeia é canalizada através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, e que são geridos em conjunto pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros.

1. Quais os desafios para a correta gestão dos fundos europeus?
2. A situação política que se vive em Portugal pode resultar num atraso na aplicação de fundos?

ALEXANDRA ABALA-MATOS VENÂNCIO
Associada Coordenadora na SPS Advogados

1. Portugal aguarda uma soma sem precedentes em fundos europeus. São três os programas que decorrem em simultâneo: Portugal 2020 - que está a terminar, mas que ainda tem parte por executar; o PRR - que está a começar; e o Portugal 2030 - novo programa do quadro comunitário 21/27. Os desafios são, por si só, hercúleos, para uma gestão que é muito apertada.
A corrida, é em contrarrelógio. O tempo é o maior desafio e o fator crítico de sucesso. Os projetos são muitos, os timings curtos, e os montantes são elevados e não se querem desperdiçados. Conseguir executar tanto dinheiro em tão curto espaço de tempo vai ser uma corrida de 100 metros rasos.
Logo a seguir, o planeamento e a execução são imperativos e desafiantes. Há que garantir a simplicidade aos processos. A antecipação dos projetos que vão sair e a sua adaptação, são variáveis a dominar para uma candidatura com sucesso. A preparação, a implementação, o acompanhamento, e por fim, a sua execução, são etapas cruciais. O projeto candidato só marca golos na sua execução. Até esta fase, apenas fez um bom jogo, mas não ganhou nada ainda. O grande trabalho é executar. De nada servem as taxas de aprovação. As exigências de execução são muito grandes e, por isso, há que apostar numa gestão de qualidade e liderança nas empresas, com enfoque nas forças produtivas e na correta utilização dos recursos disponíveis. Estão estabelecidas metas anuais, que caso não sejam cumpridas, terão impacto na disponibilização dos fundos. Importa executar bem os projetos, transformar projetos em resultados. Depois, há o controlo das práticas antifraude, anticorrupção e duplicação de fundos. A estrutura de coordenação, do PRR e também do novo quadro comunitário, deve permitir que haja maior transparência, controlo e capacidade de auditorias.

2. Todo o cenário de incerteza política é desfavorável para a economia. A execução dos fundos europeus pode, no contexto da atual crise política, ser ainda mais difícil. É possível executar o PRR, mas com este cenário a execução prevê-se mais lenta, logo, o aproveitamento pleno das verbas, poderá ficar comprometido. O chumbo do OE e o cenário de eleições antecipadas não inviabilizou o pagamento das tranches previstas do PRR por parte de Bruxelas, dado que os pagamentos no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência são feitos de acordo com o desempenho. No entanto, as incertezas à volta do OE para 2022 representam um fator de risco adicional de falha nas metas acordadas. Caso um novo Governo venha a decidir a redefinição do uso dos fundos europeus, tal implicará nova aprovação pelo Conselho Europeu fator que, naturalmente, irá conduzir a atrasos significativos nos desembolsos financeiros.

PEDRO DEUS
Global Incentives Solutions Partner da PwC

1. Embora alguns programas sejam geridos diretamente pela Comissão Europeia, a maior parte dos recursos da UE é canalizada através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, geridos em conjunto pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros, ao abrigo dos acordos de parceria, como o Portugal 2020. Naturalmente que esta delegação de poderes de gestão acarreta, igualmente, a definição de um conjunto de princípios e regras de controlo que visam garantir que a utilização dos fundos cumpre a legislação europeia e nacional, bem com impedir situações de irregularidades e fraude. O grande desafio para uma gestão adequada dos fundos europeus reside, assim, na manutenção de um equilíbrio, por vezes instável, entre a necessidade de execução dos projetos financiados por estes fundos, dentro de calendários relativamente curtos e com a intervenção de múltiplos atores, e a necessidade de estabelecer mecanismos que assegurem a sua monitorização e regularidade.

2. Não creio que a situação política vá ter grande impacto na aplicação dos fundos. O PRR já está em execução plena e a disponibilização dos fundos depende, fundamentalmente, da concretização de um conjunto de metas e marcos associados às reformas e investimentos negociados com a Comissão Europeia. O presente contexto político poderá provocar algum atraso na realização das referidas reformas e investimentos, no entanto, o ritmo de lançamento dos concursos e avisos referentes às várias componentes não deixam antever dificuldades na aplicação do plano. Já relativamente ao próximo quadro financeiro plurianual, existe, efetivamente, algum atraso na negociação e aprovação do acordo de parceria que define a programação dos fundos europeus estruturais e de investimento. Tendo já sido assumido pelo Governo ainda em funções que o novo acordo de parceria deverá já ser assinado pelo novo Executivo, o calendário inicialmente definido já não vai ser cumprido, não parecendo ser possível assistir ao início da operacionalização deste quadro financeiro antes do final do primeiro semestre de 2022.

JOÃO ARANHA
Partner na Baker Tilly

1. Os desafios são os de sempre e destaco principalmente dois: a orientação dos fundos comunitários para atividades estratégicas capazes de criar valor e a burocracia associada a todo o processo. A orientação dos fundos europeus foi e sempre será, em Portugal, como em qualquer outro país um desafio para quem gere, decide e aprova para onde deverá ser canalizado o investimento.
O custo de oportunidade da orientação dos fundos europeus é bastante elevado, pois não falamos meramente de uma rentabilidade maior ou menor, falamos sim da capacidade de desenvolvimento de um país e, da sua capacidade de convergir com as economias dos países europeus, repercutindo-se isto, irremediavelmente na qualidade de vida dos portugueses.
Deste modo, a gestão dos fundos comunitários requer um trabalho de casa exaustivo, um pensamento estratégico capaz de nos colocar num ritmo de crescimento económico sustentado, explorando as janelas de oportunidades a nível de comércio externo, bem como alavancar os nossos fatores críticos de sucesso internos numa ótica de internacionalização baseada na diferenciação. No que concerne à burocracia dos processos é o desafio eterno que as autoridades de gestão dos fundos comunitários a nível nacional sempre enfrentam. Por um lado, devemos exigir candidaturas sólidas e documentadas, sendo que por outro caímos no "peso" (talvez excessivo) de demasiada burocracia.

2. A história permite-nos observar os erros no passado para corrigir situações futuras, bem como examinar os sucessos, por forma a replicar ou melhorar fórmulas vencedoras. Deste modo, se olharmos para os anos de início de outros programas comunitários como o QREN ou o Portugal 2020 podemos atentar num atraso igualmente significativo na implementação e arranque dos mesmos. Assim, se quisermos culpar a situação política, a crise pandémica ou qualquer outro fator podemos fazê-lo.

SARA FERNANDES
Associate Partner da Crowe Portugal

1. Há inúmeros desafios que poderia elencar, mas identificaria como fundamentais uma maior transparência e controlo na gestão dos fundos, a redução da carga burocrática e uma maior flexibilização. Uma adequada gestão dos projetos apoiados pelos fundos europeus é determinante para o sucesso ou insucesso dos mesmos. Ao mesmo tempo, uma monitorização mais eficaz e um controlo mais assíduo dos projetos são fatores críticos, quando se trata de levar os mesmos a bom porto. Aqui apontaria como fundamental a necessidade de criar uma relação mais estreita entre o beneficiário do apoio comunitário e o Organismo Intermédio, para que se potenciem os objetivos do projeto e da empresa. No que toca à simplificação da carga burocrática, é prioritário reduzir os custos associados à gestão e aos prazos, encurtar as cadeias de intermediação processual - através da eliminação de etapas que não acrescentam valor – optar por um regime de custos simplificados e simplificar a interação dos promotores com os Organismos Intermédios.
Inúmeras empresas apontam a falta de flexibilização como um obstáculo no acesso aos fundos comunitários, tanto para aquelas que pretendem submeter novas candidaturas como para os projetos que foram aprovados e que, por diversas razões, necessitam de fazer alterações aos investimentos, face ao previsto em sede de candidatura. Este é um entrave que urge resolver, visto que existem projetos com elevadíssimo potencial para a economia portuguesa que acabam por ser excluídos à cabeça dado não cumprirem com certos requisitos, extremamente taxativos, mas de pouca significância. A experiência passada diz-nos que se deverá dar mais valor a uma análise mais qualitativa dos projetos e do seu potencial (de criação de valor acrescentado, emprego, entre outros), sempre que tal seja possível.

2. Desde que se encontra em vigor a política de Coesão da União Europeia, o ano de 2022 será aquele com mais fundos comunitários disponíveis para Portugal. Todavia, o chumbo ao Orçamento de Estado para 2022 e consequente necessidade de eleições antecipadas irá, pelo menos em parte, comprometer a aplicação destes fundos europeus.
Aqui importa separar os dois instrumentos mais relevantes que entrarão em cena durante este ano: Portugal 2030 e Plano de Recuperação e Resiliência. No caso do PT2030, à semelhança do que aconteceu no anterior quadro comunitário (Portugal 2020), é necessária uma contrapartida nacional, em conjunto com estes fundos europeus no financiamento dos projetos; desta forma, o Governo, dada a situação de instabilidade política atualmente vivida em território luso, decidiu adiar a assinatura do acordo de parceria do PT 2030 para o período pós-eleições, estando, neste momento, em regime de gestão corrente, com tetos de despesa limitados aos duodécimos do Orçamento do ano anterior.

MÁRIO JOÃO FERNANDES
Consultor da Abreu Advogados

1. A necessidade de "gastar os fundos" deu-nos uma cornucópia de rotundas, uma densa rede de autoestradas e um contributo para a média do crescimento anual do PIB de pelo menos 1,5% (sem os "fundos" o crescimento teria sido ainda mais raquítico). Este efeito crescimento tem muito de transferência de riqueza a partir dos Estados da UE que são contribuintes líquidos do respetivo

orçamento. 36 anos depois seria desejável que enquanto sociedade politicamente organizada fossemos capazes de definir um modelo coerente de desenvolvimento social e económico não assente numa excessiva dependência dos fundos europeus disponibilizados pelos Estados que cresceram mais e melhor do que Portugal.

2. A dimensão "quantitativa" da gestão dos fundos europeus depende em grande medida da agilidade e da coordenação entre as diversas estruturas da Administração Pública. O XXII Governo Constitucional optou por uma atomização dos ministérios que pressupunha a existência de vários ministros coordenadores de muitos outros ministros, o que é pedir demasiado à natureza humana e contrariar os ensinamentos dados por anteriores experiências com orgânicas governamentais. O próximo Governo será desejavelmente mais compacto e com um super-ministério que integre planeamento, coesão e infraestruturas para que haja coerência entre as diversas fases do ciclo de alocação dos financiamentos. Para além da coerência organizativa da Administração conviria usar os fundos europeus para uma evolução na cadeia de valor da despesa pública. Os fundos europeus estão a ser geridos como um suplemento ao Orçamento do Estado, pagando despesa pública fixa com vencimentos e consumos correntes, mantendo o anémico investimento público em capital.

PEDRO NETO
Partner Corporate Finance da Moneris

1. Os desafios para correta gestão dos fundos europeus podem-se dividir em duas vertentes, a gestão do lado do Estado, na implementação dos mesmos, e a gestão do lado dos beneficiários, ou seja, das organizações e empresas que tenham possibilidade de acesso aos fundos. No que diz respeito à Gestão pelos Organismos Gestores, os principais desafios estarão muito alicerçados na necessidade de implementar estratégias de celeridade nos processos, desde a aprovação das candidaturas, às análises consequentes no desenvolvimento e encerramento dos projetos, pois este ponto tem sido uma dos fatores mais críticos nas implementações nos últimos Quadros Comunitários de Apoio, e que muito contribuem para uma efetiva desaceleração dos investimentos possíveis. Por outro lado, é premente a uniformização dos procedimentos administrativos e de análise, devidamente desburocratizados.
Em relação às organizações e empresas que possam beneficiar destes sistemas de apoio, é crucial que estruturem antecipadamente os investimentos que necessitam para incremento da sua competitividade, de acordo com o plano estratégico bem definido, e que verifiquem, também de forma antecipada, o seu enquadramento, pois muitas empresas ficam vedadas de acesso a estes fundos, por terem uma estrutura económico-financeira frágil, com índices de fraca capitalização, mesmo capitais próprios negativos ou autonomias financeiras insuficientes.

2. No decurso dos diversos Quadros Comunitários de Apoio, um dos problemas que tem persistido são os atrasos muito significativos quando da passagem de um quadro para outro. Assim, e estando de momento numa fase de passagem do Portugal 2020 para o Portugal 2030, é crucial que, e por forma a que possibilite uma rápida resposta económica à situação pós-pandémica, que a aplicação dos fundos seja levada a cabo de forma célere. Contudo, e estando estas implementações, infelizmente, muito relacionadas com os ciclos políticos, corremos de facto sérios riscos de atraso na aplicação dos fundos, o que vai impactar num atraso na recuperação económica e também à própria execução correta e atempada dos fundos.

RUI PINHO
Partner da INOBEST Consulting

1. A experiência de Portugal na gestão de fundos europeus é muito significativa pelo que teremos mesmo de aproveitar o Portugal 2030 (para além do PRR) como mais um fator de alavancagem do tão famigerado crescimento económico acima da média europeia. Não nos podemos esquecer que o crescimento económico necessita também de reformas estruturais em diversas áreas e de um choque fiscal que permita o desenvolvimento das empresas, a captação de investimento externo e o crescimento do consumo interno.
A taxa de execução de fundos europeus do Portugal 2020 em termos globais no final de 2021 estava acima dos 70%. Este indicador revela que Portugal vai aproveitando os fundos comunitários, se bem que o melhor indicador para a aferição da correta gestão dos mesmos deveria ser o seu efeito na economia e na sociedade portuguesa, tendo em atenção o cumprimento de metas e objetivos previamente definidos.
Na negociação do Portugal 2030, é essencial priorizar a elegibilidade dos investimentos em grandes objetivos estratégicos para o país, como a inovação, a transição industrial, o empreendedorismo, a transição digital, a integração e conectividade de redes, a sustentabilidade e o ambiente, a eficiência energética, a educação, a saúde e a inclusão social, não esquecendo os clusters estratégicos portugueses. A simplificação das candidaturas, reduzindo a informação exigida ao mínimo necessário para cumprimento das obrigações de gestão eficiente e eficaz dos fundos europeus tem de ser um imperativo, não nos esquecendo também que os processos de auditoria são essenciais à credibilização e controlo da correta aplicação e gestão dos fundos.

2. Julgo que poderá influenciar dependendo sempre da composição dos grupos parlamentares e do governo que sair das eleições, bem como do seu programa a implementar. As empresas e empresários portugueses tem-se revelado resilientes face a contexto adversos, em termos históricos, nomeadamente nos dois últimos anos de pandemia, e tem de estar preparadas para toda a envolvente interna e externa dos próximos anos por forma a adaptar a sua estratégia de atuação e investimentos.
Contudo, se não abrirem concursos do PRR e do Portugal 2030 (após fecho do acordo) que dependem dos organismos gestores dos programas torna-se difícil a execução de investimentos e poderão existir atrasos na aplicação dos fundos.

MANUEL ESTEVES DE ALBUQUERQUE
Advogado na Raposo Bernardo & Associados – Sociedade de Advogados

1. Uma correta gestão dos fundos europeus coloca importantes desafios na articulação entre um processo de concessão que se pretende tão célere e desburocratizado quanto possível e um controlo efetivo, ex ante e ex post, da sua correta utilização. A necessidade e urgência na aplicação dos fundos europeus, como estímulo à recuperação, crescimento da economia e do tecido empresarial, não devem ser um obstáculo ao rigor na análise dos projetos apresentados, quer quanto à razoabilidade dos objetivos a que se propõem, quer quanto à razoabilidade dos investimentos que pretendem concretizar. Após a conclusão dos projetos estes devem ser criteriosamente escrutinados de maneira que permita a avaliação da correta utilização dos recursos disponibilizados e da conformidade e correção da sua execução. Este rigor não deverá, no entanto, corresponder à criação de procedimentos e burocracias inúteis, que muitas das vezes nada acrescentam (e até dificultam) uma adequada avaliação dos projetos e da sua execução.

2. Tendo o PRR sido oportunamente aprovado em Bruxelas, à partida as principais opções políticas que o condicionam estariam "fechadas". A partir daí a implementação do plano deveria ser, essencialmente, uma tarefa de administração do Estado, sem excessiva dependência de variações políticas, como é próprio, em qualquer democracia desenvolvida, e da implementação de medidas estruturantes de médio e longo prazo.
No entanto, é sabido que a aplicação deste tipo de planos plurianuais é fortemente condicionada pela aprovação do Orçamento do Estado. É nessa medida que, pensamos, a atual situação política poderá, de alguma forma, condicionar e até contribuir para gerar algum atraso na aplicação dos fundos. Uma maior demora na aprovação dos instrumentos orçamentais pode vir a condicionar o lançamento e a contratualização de alguns projetos e, assim, gerar um impacto negativo na execução atempada do programa nos termos em que se encontra calendarizado e previsto.

PUB

A sua visão trouxe-o até aqui.

Até onde vamos levar a sua empresa?

A nossa **Visão** é ser o principal parceiro das Empresas, **do pensamento estratégico** à **implementação da mudança.**

+ 600 Clientes ativos

+ 81% Taxa Média Aprovação

+ 700 Projetos de Investimento Executados

750 Milhões € de Investimento Apoiado

www.yunitconsulting.pt
T: +351 21 330 72 02
E: contacto@yunit.pt

yunit Consulting

DÁRIO GASPAR
Diretor
na We Incentivos

1. Pela nossa experiência a criação de novos mecanismos de agilização de processos, bem como a desburocratização da informação em candidaturas é o mais relevante. Por isso a We Incentivos sugere a constituição de uma estrutura que permita às empresas saber quais os sistemas de incentivos que irão sair e para poderem preparar os seus projetos atempadamente. Estas incertezas de quando as call vão sair e em que termos não permite uma atempado planeamento e leva à perda de muitas oportunidades. A abertura das candidaturas têm que perder o efeito surpresa. Outra medida deveria ser, à semelhança do Horizonte Europa, calls em contínuo com avaliação por ordem de chegada onde sejam cumpridos prazos de análise.
Urge igualmente fazer todos os esforços para que os organismos intermédios sejam dotados de recursos para fazerem análises de pedidos de reembolso e de forma a que o pagamento às empresas ocorra dentro dos limites legislados para o efeito. O objetivo destes programas é viabilizarem projetos e apoiarem as empresas em maior criação de riqueza, mas para isso é necessário que esse apoio, depois de aprovado, chega a tempo e horas. Por fim uma percentagem maior do adiantamento de incentivos, que permitirá às empresas melhor margem de gestão de tesouraria para iniciar investimentos elegíveis de projetos.

2. Tinha sido público por órgãos do Governo que até final do ano 2021, as empresas teriam sistemas de incentivos a serem lançados, já assumindo o orçamento do Portugal 2030, mas ainda com as regulamentações do Portugal 2020. Facto é que as eleições antecipadas, mudaram radicalmente este cenário e observámos mais um trimestre com poucos ou nenhuns sistemas de incentivos às empresas, nomeadamente na área da I&D e Qualificação e Internacionalização PME, que têm sido recorrentes sistemas dos programa-quadro, nem tão pouco o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que auxiliam ao investimento das empresas locais/regionais/nacionais e que tão boa adesão teve, nomeadamente no +CO3SO, que estimulou o emprego. Notícias já no final do ano anterior indicavam que o Governo iria prorrogar a assinatura do acordo de parceria do PT2030 que operacionaliza os cerca de 23 mil milhões de euros em Fundos Comunitários a que Portugal terá acesso nos próximos anos, para depois das eleições, pelo que só podemos considerar que sim, efetivamente a situação política atual atrasou, ainda mais, a aplicação dos fundos, que já por si estava atrasada.

PEDRO BALTAR
Diretor do Gabinete
de Consultoria da Start PME

1. A gestão dos fundos europeus tem sido um desafio a que nem todas as Entidades Públicas e Privadas têm conseguido dar respostas assertivas. Ou por dificuldades de planeamento dos gestores dos fundos europeus ou por dificuldades de planeamento das organizações que apresentam candidaturas que, por diversas razões, ficam desconformes com os Avisos de Abertura, por falta de conhecimento ou por falta de aconselhamento. É importante que, quando uma organização apresenta a sua candidatura a um fundo europeu, consiga responder a quatro variáveis: Objetivo, Resultado, Monitorização e Investimento necessário.
Se estas variáveis forem respondidas na fase de elaboração da candidatura, todo o Planeamento operacional do projeto, após aprovação, é simples, porque conseguimos elencar as etapas, gerir procedimentos, monitorizar objetivos e ter retorno do investimento. E aí devemos utilizar as melhores práticas de gestão de projeto, e ter responsáveis nas organizações com preparação para ter uma visão 360º de tudo o que rodeia o investimento que estamos a desenvolver, de forma a criar os melhores impactos na nossa organização. Mas a maior dificuldade nas organizações, independentemente do sector, é a digitalização dos projetos, a eficiência com que o fazem e a rentabilidade na gestão financeira que conseguem gerar na utilização desta prática. Não raras vezes, temos grandes organizações, a gerir projetos de milhões num mero excel, sem conseguir alocar recursos humanos e materiais nas diversas fases do projeto, e sem conseguir, em tempo real, ter uma execução operacional e financeira, para conseguir tomar medidas de gestão que permitam maximizar a execução e minimizar os impactos financeiros negativos. Uma Gestão de Projeto tem sempre que ter como base, as melhores práticas de Project Management, agregadas a um sistema de gestão e controlo de projeto, que permita monitorizar os indicadores de resultados e a execução física e financeira, em tempo real, por pessoas altamente motivadas e treinadas para o efeito.

2. Em 47 anos de democracia, nunca uma proposta de Orçamento de Estado foi chumbada no Parlamento. E isto, quer queiramos quer não, está a ter impacto no Investimento Público, está a ter Impacto nos Fundos Comunitários, porque viver com um orçamento em duodécimos, não é bem a mesma coisa que viver com um orçamento aprovado e em consenso que permitiria originar Políticas Públicas planeadas e consequentemente financiamentos comunitários dentro do planeado quando começou o novo quadro comunitário. Todo este cenário de instabilidade trouxe consequências muito grandes para a economia e para as PME, maior fatia do nosso tecido produtivo e económico, que já sofriam os abalos sísmicos de uma pandemia inacabável que os fez ter perdas inimagináveis e que, hoje, quando pensam em investir ou garantir um financiamento, têm um conjunto de incertezas. Não temos dúvidas que os Fundos Comunitários terão um reforço no pós 30 de Janeiro. Não questionamos sequer que Portugal aumentará os atuais 65% de execução e conseguirá atingir valores de execução muito perto dos 100%, mas já foram perdidos 3 meses de execução, e foi perdido um capital de confiança por parte das empresas.
Para criar esse capital de confiança novamente, o novo governo terá que saber ouvir os stakeholders, planear as políticas e fundos comunitários necessários que deem respostas às dificuldades do tecido produtivo e ter muita atenção com as respostas sociais.

JORGE NADAIS
Partner
da Deloitte

1. Podemos construir esta análise em três dimensões, ao nível da definição de política pública, dos mecanismos de implementação e execução e dos mecanismos verificação, controlo e auditoria. Sobre a primeira dimensão, a estratégia, arquitetura e estrutura dos programas está já em grande medida definida e enquadrada nos desígnios das políticas de desenvolvimento a nível europeu e sua correspondência nos programas quadro desenhados para Portugal. Podemos aqui mencionar a relevância da capacidade e flexibilidade das instituições para conseguir adequar as políticas e instrumentos definidos em face de eventuais alterações conjunturais e estruturais que possam surgir na evolução económica e social de Portugal e da União Europeia neste período de programação. Não obstante o referido, sentimos que nesta fase a dimensão mais relevante para a boa gestão dos fundos europeus passa pela capacidade de implementação e execução dos programas e respetivas medidas de apoio. Assim, por um lado, é necessária uma boa capacidade de organização e planeamento por parte das instituições nacionais e comunitárias, nomeadamente através de um calendário de "avisos" previamente definido, divulgado e posteriormente respeitado/cumprido. Adicionalmente, é também importante garantir um rápido arranque dos programas, celeridade nos processos de avaliação e monitorização da execução, em particular os pagamentos intercalares e finais a beneficiários, mediante um célere e eficaz encerramento dos projectos. Tal como referido, para além de uma forte capacidade de organização e gestão dos programas e medidas, podem também ser utilizadas algumas best practices europeias, com por exemplo um modelo de concursos abertos em contínuo com cut-off dates, que permitiria uma cadência regular de aprovação de projetos e, simultaneamente, segurança nas decisões de investimento dos beneficiários, em face da disponibilidade de concursos e orçamentos para os seus projetos. Também ao nível dos processos, entendemos crítico o desenvolvimento de sistemas de informação robustos e adequados à realidade visada e que suportem, nas diferentes dimensões dos seus stakeholders, todo o processo de execução dos programas.
Por outro lado, é importante que os regulamentos e respetivos avisos para apresentação de candidaturas enderecem as necessidades efetivas dos agentes (Estado, empresas e cidadãos) e que permitam criar eficácia na seletividade dos projetos, focando, por exemplo, naqueles mais relevantes para alargar e alavancar o perfil de especialização da economia nacional, bem como naqueles que demonstrem serem capazes de criar mais impacto no crescimento do país.
Por fim, sobre a terceira dimensão identificada, entendemos que do conjunto de mecanismos de controlo interno e externo a que estão sujeitas as agências nacionais e comunitárias, os fundos estarão a ser, em princípio, adequadamente monitorizados. Convém aqui mencionar que para não gerar incerteza, é importante que as regras e mecanismos a definir estejam instituídos e claros para todos os intervenientes desde o início dos programas. Por outro lado, a digitalização dos processos é um aspeto chave na diminuição da carga burocrática tipicamente associada a esta dimensão e poderá permitir uma maior transparência, qualidade, capilaridade e profundidade no controlo dos programas.

2. A aplicação dos fundos tem por base a existência de um forte enquadramento regulatório, tanto a nível nacional, como comunitário. Prevalecendo um período com alguma limitação da atividade governativa e legislativa, daí poderão resultar constrangimentos com eventual impacto na aplicação dos fundos. Resta, assim, tentar perceber a dimensão de tais situações. Em particular, considerando a manutenção da atual estrutura e não existindo uma alteração significativa ao nível dos seus responsáveis, admitimos que possa ser possível continuar a implementação das orientações subjacentes a estes novos fundos, incluindo, por exemplo, a publicação dos novos avisos para a apresentação de candidaturas (na medida em que estes últimos não estejam dependentes de quaisquer processos legislativos adicionais). Havendo uma alteração com impacto na estrutura atualmente prevalecente, acreditamos que tal possa gerar algumas alterações, mais ou menos significativas, e com impacto na implementação destes processos ainda que, no nosso entendimento, haja já uma experiência acumulada a este nível que deverá facilitar uma qualquer transição. Obviamente que o nível de eventuais alterações a introduzir no futuro, caso seja esse o ensejo das respetivas autoridades, poderá implicar posteriormente a própria condução (mais ou menos célere) dos processos em curso sendo certo que as limitações temporais impostas pelos próprios programas deverão implicar algum cuidado nessa gestão que deverá ser realizada de modo a que todos os fundos públicos sejam utilizados da melhor forma possível e até ao último cêntimo disponível.

NUNO OLIVEIRA SANTOS
Presidente da AD&C – Agência
para o Desenvolvimento e Coesão

1. O próximo período de aplicação de fundos europeus constitui uma oportunidade única para o desenvolvimento do país. E com oportunidades surgem desafios. No caso da aplicação dos fundos europeus, soma-se ao próximo Portugal 2030 os instrumentos do programa Next Generation da União Europeia, com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o React e o Fundo de Transição Justa, fazendo coexistir temporalmente estes diversos envelopes financeiros, concentrando um maior volume de fundos a ser absorvidos nos próximos anos. Este desafio pede uma gestão de excelência, já existente, mas também uma resposta e procura adequada por parte do nosso tecido empresarial, entidades públicas e demais organizações beneficiárias dos fundos. Com este maior afluxo de apoios, é essencial garantir também um apertado controlo sobre a execução destas verbas. Sendo este um exercício mais vasto que cabe a uma conjunto de entidades do qual a AD&C faz parte. Mas o maior desafio será, sem dúvida, garantir a boa aplicação destes fundos. Que os apoios concedidos são bem entregues a projetos que contribuem de facto para o desenvolvimento do país, que tenham impactos reais na sociedade e na economia e que tenham poder de alavancagem. Porque esta é uma oportunidade única, a não desperdiçar!

2. Antes de mais, é importante não esquecer que o contexto negocial deste quadro de financiamento não é comparável com períodos homólogos, uma vez que o quadro em execução, o Portugal 2020, foi objeto de reforço com o REACT e o PRR está já em execução. A apresentação da versão inicial do Acordo de Parceria (Portugal 2030) à Comissão Europeia (CE) no final do ano, bem como o lançamento da consulta púbica, permitiu avançar com a negociação informal do mesmo com a CE. E a continuação dos trabalhos técnicos permitirá que o novo Governo possa dar sequência ao processo já iniciado e concluí-lo tão rapidamente quanto deseje.